

## Boletim técnico 001/2019

Elaborado pelo Grupo de Antropologia e Direitos Humanos (GANDH), vinculado ao Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários (GITEP) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos. **Permite-se a reprodução e utilização dos dados, desde que citada a fonte.** Contato: [gitepucpel@gmail.com](mailto:gitepucpel@gmail.com) Responsáveis por este Boletim Técnico: Prof. Dr. Tiago Lemões e Bel. Rodrigo Gonçalves da Silva

### A situação de rua em Pelotas: inconsistências na identificação do perfil populacional

A investigação sobre a natureza quantitativa de homens e mulheres em situação de rua no município de Pelotas enfrenta desafios no que se refere ao acesso e à confirmação de dados oficiais. Em que pese as tentativas da equipe do GANDH/GITEP em acessar dados via administração pública, as únicas fontes encontradas foram matérias jornalísticas cujas informações, longe de circunscreverem um panorama preciso, expressam incertezas e disputas institucionais por números oficiais. É o caso da matéria publicada pelo Diário Popular (DP), em maio de 2018, que aponta para uma mudança no número de pessoas em situação de rua em Pelotas, entre os anos de 2015 e 2018.

**Em 2018 existia uma população de 432, o que representa aumento de 188% em três anos**  
(Diário Popular, Maio de 2018).

De acordo com o DP, a identificação do aumento de 150 para 432 pessoas vivendo nas ruas foi subsidiada por registros cadastrais do Centro de Referência Especializado para População de Rua (Centro-POP) – um serviço de acolhimento diurno mantido pela Secretaria de Assistência Social (SAS). Tal levantamento apontou **uma população composta por homens (95%) com idade entre 18 e 45 anos e com ensino fundamental incompleto.** No entanto, na mesma matéria jornalística, o **secretário da SAS contestou os números apresentados**, argumentando que o aumento se deve à passagem de “andarilhos uruguaios” pela cidade rumo a regiões litorâneas, afirmando, ainda, que *“este número acima de 400 pessoas [é] um acumulado de registros desde 2006 e não representa a realidade atual. Apesar de haver moradores de rua pela cidade, o número atual de atendimentos que fazemos é de 120 a 140 pessoas por mês”*.\*.

Há, portanto, **dissensos e inconsistências** na identificação do perfil da população em situação de rua em Pelotas por parte das instituições públicas. Do mesmo modo, **o município carece de clareza e rigor em relação aos instrumentos e à metodologia de pesquisa empregada em seus registros e levantamentos**, o que aponta para a necessidade de formulação e aplicação de ferramentas eficazes para a compreensão do fenômeno, tal como vem ocorrendo em outros municípios brasileiros.

Para realçar a importância de contagens oficiais, há que se considerar que a recente realização de pesquisas quali-quantitativas sobre pessoas em situação de rua é efeito de um contexto histórico e político específico. Desde a segunda metade dos anos 2000, a população de rua vem reivindicando a garantia de direitos fundamentais. Por meio da fundação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), em 2005, esta população afirma-se como “sujeito de direito”, pleiteando tanto a participação na formulação e monitoramento de políticas públicas, quanto o direito à cidade e a circulação pelos espaços públicos urbanos. Uma de suas principais conquistas é o decreto 7053/09, que inaugura uma política nacional para a população de rua, sob o princípio da dignidade da pessoa humana, e institui sua contagem oficial como principal ferramenta para a elaboração de políticas públicas com maior potencial de transformação da realidade social.

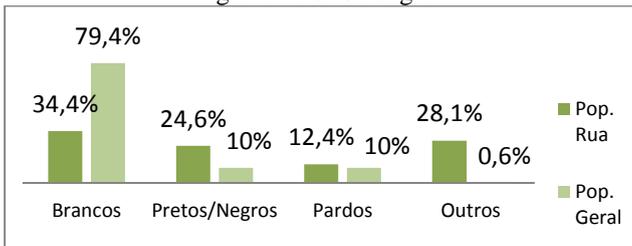
Neste cenário, a primeira **Pesquisa Nacional sobre População de Rua** (MDS, 2008), realizada em **71 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes** (com exceção de São Paulo, Recife e Porto Alegre, que haviam realizado pesquisas recentes), identificou **31.922 pessoas vivendo nas ruas**: uma população majoritariamente masculina (82%) e em idade produtiva (53%). A pesquisa também evidenciou que a porcentagem de negros (67%) é maior do que a verificada no conjunto da população brasileira (50,6%). Com isso, delineia-se um **perfil de homens negros, na faixa etária entre 22 e 50 anos, que se dedica predominantemente a atividades informais no espaço público (52,6%)**

sem nunca ter obtido carteira profissional assinada (47,7%).

No entanto, um estudo realizado em 2015 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base em dados de **1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência**, apresentou uma estimativa de **101.854 pessoas em situação de rua no Brasil**. O estudo também estima que dois quintos (40,1%) se concentrem em municípios com mais de 900 mil habitantes e que três quartos (77,02%) habitem municípios com mais de 100 mil habitantes. Para o conjunto dos 3.919 municípios com até 10 mil habitantes, a pesquisa estimou um número de 6.757 pessoas em situação de rua, evidenciando concentração do referido contingente populacional em municípios maiores.

Em 2016, a cidade de Porto Alegre, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizou um novo Censo sobre a população em situação de rua, inovando na articulação de abordagens qualitativas e quantitativas de pesquisa, indicando **um aumento desta população em 75% desde 2011**. Partindo de uma amostra de 2.115 adultos em situação de rua, foram aplicados questionários e realizadas visitas etnográficas aos Centros-POP, albergues e abrigos municipais, bem como grupos focais com trabalhadores da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC).

Gráfico 1 – Percentual racial entre a população de rua e geral – Porto Alegre.



Fonte: FASC/ Porto Alegre (2016) e Censo IBGE (2010).

Confirmando as tendências apontadas pela pesquisa nacional, os dados da capital gaúcha apontam para uma população **negra/parda** que, somadas, **representam 37% do número total de moradores em situação de rua, quase o dobro dos 20% representado na população geral**; os brancos, apesar de representarem 79,4% da população, correspondem a 34,4% morando nas ruas; ainda, os dados demonstram uma expansão deste contingente ao longo das pesquisas, além de um perfil de sujeitos em idade produtiva para o

mercado de trabalho, porém com baixa escolaridade e remuneração salarial.

Quadro 1 – Características gerais dos moradores de rua – Porto Alegre.

* 83,1% possui idade entre os 25 aos 59 anos;
* 19,3% da população vive de 10 a 20 anos na rua;
* 57,4% possui ensino fundamental incompleto;
* 38,2% recebem até ½ salário mínimo.

Fonte: FASC/ Porto Alegre (2016).

Assim, os resultados das pesquisas colocam em foco as particularidades de um determinado contingente populacional, potencializando a compreensão dos determinantes estruturais e multifatoriais que produzem a situação de rua. Além disso, as pesquisas criam um universo passível de avaliação, indicando quais políticas públicas deve-se priorizar, permitindo, igualmente, um melhor monitoramento do que deve ser realocado futuramente em termos de investimentos públicos. Considerando estas questões, **recomendamos que o município de Pelotas considere a necessidade de:**

(1) aderir à política nacional para a população de rua, instituindo comitês gestores intersetoriais de formulação e acompanhamento das políticas socioassistenciais;

(2) estimular a participação individual e coletiva de pessoas em situação de rua na gestão e monitoramento das políticas locais, bem como incentivá-las a integrar ações que promovam conhecimento e acesso efetivo a seus direitos;

(3) formular e aplicar pesquisas de naturezas qualitativas e quantitativas para melhor identificar o perfil populacional, abarcando também grupos e indivíduos que não acessam os serviços assistenciais;

(4) desenvolver ações, programas e projetos que estimulem uma cultura de paz e de não-violência em relação às pessoas em situação de rua, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e assegurando-lhes cidadania plena.

\* PERAÇA, Vinícius. “População de rua cresce 188% em três anos em Pelotas”. **Diário Popular**, 03 de maio de 2018.